



Câmara Municipal de Laranjal Paulista

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 3ª Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2024) Legislatura

Identificação Básica

Tipo de Sessão: Ordinária
Abertura: 14/03/2022 - 19:00
Encerramento: -

Expedientes

Correspondências Recebidas:

Ofício nº 527/2022/GAB/PRES do conselho Federal de Enfermagem: Resposta à Moção nº 1/2022;
Ofício nº 73/2022/PGMLP do Poder Executivo: Resposta à Indicação nº 33/2021;
Ofício nº 175/2022 do Poder Executivo: Resposta ao Ofício nº 371/2021;
Ofício nº 200/2022 do Poder Executivo: Resposta à Indicação nº 2/2022;
Ofício nº 219/2022 do Poder Executivo: Resposta ao Ofício nº 23/2022;
Ofício nº 222/2022 do Poder Executivo: Resposta ao Ofício nº 21/2022;
Ofício nº 223/2022 do Poder Executivo: Resposta ao Ofício nº 19/2022;
Ofício nº 224/2022 do Poder Executivo: Resposta ao Ofício nº 25/2022;
Ofício nº 225/2022 do Poder Executivo: Resposta ao Ofício nº 26/2022;
Ofício nº 226/2022 do Poder Executivo: Resposta ao Ofício nº 18/2022;
Ofício nº 227/2022 do Poder Executivo: Resposta ao Ofício nº 17/2022;
Ofício nº 229/2022 do Poder Executivo: Resposta ao Ofício nº 22/2022;
Ofício nº 243/2022 do Poder Executivo: Resposta ao Requerimento nº 2/2022;
Ofício nº 249/2022 do Poder Executivo: Resposta ao Requerimento nº 1/2022;
Ofício nº 250/2022 do Poder Executivo: Resposta à Indicação nº 1/2022.

Matérias do Expediente

Não existem Matérias de Expediente para essa Sessão Plenária

Matérias da Ordem do Dia

Matéria	Ementa	Situação
1 - Projeto de Lei Complementar nº 15 de 2021 Processo: - Autor: Antônio Valdecir Berto Filho	Altera o Código de Posturas do Município de Laranjal Paulista, para novas disposições sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos que especifica. Obs.: PRIMEIRO TURNO DE VOTAÇÃO	Proposição incluída na Ordem do Dia
2 - Projeto de Lei nº 7 de 2022 Processo: - Autor: Poder Executivo	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2022 e dá outras providências.	Proposição incluída na Ordem do Dia
3 - Projeto de Lei nº 8 de 2022 Processo: - Autor: Poder Executivo	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento de 2022 e dá outras providências.	Proposição incluída na Ordem do Dia
4 - Projeto de Lei nº 9 de 2022 Processo: - Autor: Poder Executivo	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial e Suplementar no Orçamento de 2022 e dá outras providências.	Proposição incluída na Ordem do Dia



Câmara Municipal de Laranjal Paulista

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 3ª Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2024) Legislatura

Matéria	Ementa	Situação
5 - Projeto de Lei nº 10 de 2022 Processo: - Autor: Poder Executivo	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento de 2022 e dá outras providências.	Proposição incluída na Ordem do Dia
6 - Projeto de Lei nº 11 de 2022 Processo: - Autor: Poder Executivo	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento de 2022 e dá outras providências.	Proposição incluída na Ordem do Dia
7 - Projeto de Resolução nº 3 de 2022 Processo: - Autor: Mesa Diretora	Dispõe sobre a regulamentação de estágio de alunos do Curso de Educação Superior, no âmbito do Poder Legislativo Municipal.	Proposição incluída na Ordem do Dia
8 - Requerimento nº 8 de 2022 Processo: - Autor: Márcio José Garpelli	Requer: 1) Atualmente qual a quantidade de lâmpadas existentes no município com relação a Iluminação Pública? Favor detalhar. 2) Quais os valores totais faturados mensalmente (Kwh/R\$) e qual o critério para o repasse aos clientes pois se é cobrado um percentual sobre o consumo da fatura de cada cliente que, varia a cada mês pois é medido e, o critério é o mesmo conforme Resolução Normativa nº 823 cobrado por estimativa? 3) Se há mapa demonstrativo e as cobranças são feitas também sobre lâmpadas queimadas, já que é por estimativa, existe um departamento da prefeitura que acompanha a substituição dessas lâmpadas através de prestação de contas da empreiteira contratada para não causar prejuízo a população que paga esse serviço? 4) Como a cobrança é um percentual diferente sobre o consumo conforme Lei 3009 de 24 de setembro de 2013, por classe residencial industrial, comercial, zona rural entre outros qual o valor mensal total em KWH utilizados para o cálculo da cobrança da Iluminação Pública?	Proposição incluída na Ordem do Dia
9 - Requerimento nº 9 de 2022 Processo: - Autor: Márcio José Garpelli	Requer: 1) A lista completa de parcelamentos irregulares ou clandestinos identificados pelo Município. E quais ações foram tomadas para cada um? (Exemplo: notificação, embargo, autuação, etc.); 2) Requer o Mapeamento com localização dos parcelamentos identificados. Como na maioria dos casos não há endereço oficial, solicito de cada um a localização por uma coordenada geográfica; 3) Quais destes parcelamentos irregulares/clandestinos estão com Portaria de Embargo? 4) Requer envio de cópia de todas as Portarias de Embargo; 5) Quando há Embargo, qual medida o Poder Público está sendo adotada para o cumprimento do mesmo? 6) O Ministério Público e Polícia Ambiental tem ciência destes parcelamentos? A Prefeitura tem informações do que estes outros órgãos estão fazendo. Enviar essas informações; 7) Além do Embargo, houve alguma ação de demolição, abertura de inquérito ou indiciamento dos loteadores e/ou proprietários originais de terra desses parcelamentos irregulares ou clandestinos, com base no art. 50 da Lei Federal nº 6.766/79? 8) Qual desses parcelamentos irregulares ou clandestinos estão com processo de regularização na Prefeitura e/ou na Justiça? 9) Quais destes parcelamentos irregulares ou clandestinos já estão sendo considerados e/ou inseridos dentro de uma área urbana isolada ou de extensão (conforme art. 22 e 44 da Lei nº 2.543/2006)? 10) A Prefeitura possui um cadastro dos proprietários de zona rural do município e quais são as terras pertencentes a cada proprietário cadastrado a fim de localização e identificação? 11) A Prefeitura sabe se os cartórios podem realizar o reconhecimento de firma/assinatura por autenticidade ou semelhança dos "contratos de gaveta", ocasionando assim uma espécie de cancelar os contratos irregulares de venda e compra dos imóveis irregulares? 12) A Prefeitura tem conhecimento se o CREA autoriza engenheiros e/ou topógrafos a fazer projeto destes parcelamentos? Este tipo de serviço não há uma ART? 13) Requer a cópia da lei de zoneamento mais recente e a versão mais recente do anexo da lei do mapa que a Prefeitura está usando para aprovar projetos; 14) Requer informações se a Prefeitura realiza ou realizou serviços de mata burra, abertura de ruas e melhoria de acesso em áreas que possuem loteamentos embargados/clandestinos de 2017 a 2021; 15) Requer informações se a Prefeitura realizou abertura de tanques em propriedades particulares ou loteamentos clandestinos sem recolhimento de taxa utilizando máquina, caminhão e funcionário público.	Proposição incluída na Ordem do Dia